

Os livros de linhagens medievais: entre o discurso genealógico e a materialidade manuscrita – um estudo sobre os Livros de Linhagens da Idade Média Portuguesa

The mediaeval ancestral books: between the genealogic discourse and the manuscript materiality – a study about the Ancestral Books of the Portuguese Middle ages

José D'Assunção Barros
Universidade Severino Sombra – USS

Abstract

This article intends to examine – from a semiotic analysis of the ‘ancestry books’ of the Portuguese Middle Ages – some questions referring to the relations between “discourse”, “power” and “book”, as they were placed in the times of the medieval manuscripts books and of the textual modalities that frequently articulated the writing and the orality. The focus is the Portuguese ‘ancestry books’ of the XIII and XIV. In the first part of the article, they are examined the relations between discourse, power, society and the text of the ancestry books. In the second part, it is proceeded the analysis from a specifically narrative.

Keywords

Discourse; Power; Book; ‘Ancestry books’; Genealogy.

Resumo

Este artigo objetiva examinar – com base em uma análise semiótica dos livros de linhagens da Idade Média portuguesa – algumas questões referentes às relações entre “discurso”, “poder” e “livro”, tal como estas se colocavam na época dos livros manuscritos medievais e das modalidades textuais que articulavam frequentemente a escrita e a oralidade. As fontes são os ‘livros de linhagens’ portugueses dos séculos XIII e XIV. Na primeira parte do artigo, são examinadas as relações entre discurso, poder, sociedade e o texto dos ‘livros de linhagens’. Na segunda parte, procede-se à análise de uma narrativa linhagística específica.

Palavras-chave

Discurso; Poder; Livro; ‘Livros de linhagens’; Genealogia.

Um livro, não importa qual seja, insere-se necessariamente em uma complexa rede de poderes e micropoderes. Como texto literário, inserido em um determinado contexto lingüístico e vertido em arena para inúmeros confrontos discursivos, torna-se facilmente espaço de acesso e de interdições a competências leitoras várias, fechando-se àqueles que não compreendem seus códigos ou que não compartilham o idioma comum à comunidade lingüística de seus leitores preferenciais, ao mesmo tempo em que se entreabre, nos seus diversos níveis, àqueles que podem apreender alguns de seus sentidos possíveis. Como objeto mesmo, o livro se oferece menos ou mais generosamente àqueles que podem adquiri-lo ou tomá-lo emprestado, ou àqueles que podem suportar ou sentir-se confortáveis diante das estratégias editoriais que lhe dão forma e materialidade. Como depositário de um discurso, na verdade de muitos discursos, o objeto-livro mostra-se por fim interferente e interferido, relacionando-se ao jogo de poderes e micropoderes que afetam a sociedade que contextualiza a sua produção e circulação.

Se tal ocorre com o livro já perfeitamente inserido na rede de mercado livresco típica de uma sociedade capitalista, onde o texto se materializa em um objeto-livro que se reproduz mil vezes, dez mil vezes, quinhentas mil vezes, o que não diremos para os livros de períodos mais recuados? Que sistemas de controle e constrangimento não afetarão os universos livrescos de tiragens mais modestas, ou mesmo os livros que não eram ainda bem livros, como os incunábulos impressos com tipos móveis? Mais ainda, a que sistemas de poderes e contrapoderes não estarão sujeitos aqueles livros manuscritos que, sem desaparecerem totalmente com a entrada dos tempos modernos, imperavam no período medieval?

Para além do jogo de poderes e de lutas de representações que o afetam consideravelmente em vista do fato de que ele é antes de mais nada um livro-texto, o livro-manuscrito encerra uma série de outros espaços de interdições e acessos que se definem precisamente porque ele é também um livro-objeto de

tipo manuscrito, com poucas cópias, por vezes ocorrendo mesmo ser objeto único. Assim, a edição, a posse, o uso, a leitura de um livro manuscrito sempre abrigam, nas suas múltiplas modalidades, singulares espaços de poder – e isso é particularmente válido para os chamados ‘livros de linhagens’ medievais.

Antes de mais nada, vejamos o que eram os chamados “livros de linhagens”. Temos aqui uma modalidade de texto que deve ser inserida no âmbito das genealogias. Os textos genealógicos, na sua forma mais irredutível, correspondem a uma seqüência de nomes e de relações entre os nomes que constituem uma rede familiar ou linhagística, e seu objetivo mais visível é o de perpetuar a memória e a história de uma sucessão familiar, de uma linhagem, ou mesmo de uma rede de histórias familiares que se entrecruzam. Quando a genealogia se refere a famílias que são propostas como aristocráticas, ou que a si mesmas atribuem um *status* de nobreza, encontramos com freqüência a denominação “nobiliários”. Na Idade Média portuguesa, entre os séculos XIII e XIV, os nobiliários eram conhecidos mais habitualmente como “livros de linhagens”, e assumiram feições muito específicas. Diferentemente das genealogias dos demais países europeus do ocidente medieval, as genealogias ou ‘livros de linhagens’ de Portugal nesse período e, na verdade, da península Ibérica, tinham a clara peculiaridade de alternarem a modalidade genealógica propriamente dita – a mera listagem de nomes, por assim dizer – com narrativas mais alentadas, de diversos tamanhos e teores.¹

Por outro lado, em comum com as demais modalidades genealógicas – tão recorrentes nos diversos países europeus do ocidente medieval – os livros de linhagem também costumavam desempenhar um papel de primeira ordem para a reconstrução social da memória familiar, notadamente no seio da nobreza feudal. Reconstruir uma lista de antepassados, de parentes e contraparentes, de relações entre um homem e os heróis ou traidores familiares que o precederam, era inserir esse homem em um vasto sistema de valores e contravalores. Através da linhagem que se tornava visível a todos através dos nobiliários, os diversos indivíduos pertencentes à nobreza viam-se oportunamente inseridos em uma rede de alianças e solidariedades e, ao mesmo tempo, em um sistema de rivalidades que contrapunha os indivíduos através de ódios e antipatias ancestrais que eram herdadas tão concretamente como as propriedades fundiárias ou os brasões de família. As linhagens, e através delas os nobiliários que as registravam por escrito, conferiam ao indivíduo pertencente à nobreza um traço fundamental de sua ‘identidade’, explicitando-lhe seus espaços de inclusão e de exclusão social, as

suas conexões com o mundo social e histórico e, sobretudo, a sua inserção e tipo de inserção em uma complexa rede de entrecruzamentos familiares a linhagísticos.

Conforme se disse, muitas vezes as genealogias européias não passavam de longas listagens familiares, com um mínimo de material narrativo apresentando uma ou outra explicação que se fazia necessária para o acompanhamento de uma determinada história familiar através de uma dada sucessão de casamentos e filiações. Contudo, é precisamente nos reinos ibéricos dos séculos XI ao XIV e, mais particularmente, ainda no Portugal dos séculos XIII e XIV, que as genealogias assumiram ainda esta característica bastante singular: tenderam a deixar de ser meras listas de casamentos e filiações para constituírem um gênero híbrido que misturava a *crônica* à *genealogia* propriamente dita. Assim, nessa espécie de texto, um tipo de ‘discurso genealógico’ em forma de lista familiar – que vai descrevendo passo a passo uma cadeia linhagística através dos seus sucessivos desdobramentos – vê-se, de momentos em momentos, entrecortado por um ‘discurso narrativo’ que é interpolado à lista genealógica para pretensamente caracterizar o indivíduo ou a família descrita.

Para facilitar a compreensão desse caráter híbrido do texto linhagístico, consideraremos em seguida um segmento extraído do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* – o mais bem acabado livro de linhagens da Idade Média portuguesa:

“E dom Fernam Fernandez foi casado com dona Maria Alvarez, filha do conde dom Álvaro de Fita, e fez em ela ûu filho e ûa filha. E o filho houve nome Martim Fernandez e foi mui boo mancebo e morreo cedo, de idade de XXVI annos;

E a filha houve nome dona Sancha, e *demandou-a o emperador, e ela, com medo de seu irmão, nom se atreueo. E como aquela que queria fazer mal, deu peçonha a seu irmão e matou-o, e depois foi-se para o emperador e foi sa barregãa.* E o emperador houve em ela ûa filha que houve nome dona Estevainha, e foi casada com dom Fernam Rodrigues de Castro.

E por esta morte de Martim Fernandez, que foi tam maa, por emenda de as alma, foi feito o moesteiro de Valboa de Doiro. [a partir daaí, segue com nova descrição genealógica de membros da linhagem que está sendo apresentada]” (LL 21G11)²

O trecho em itálico corresponde a um segmento narrativo que interrompe o discurso genealógico simples – mera descrição de nomes, casamentos e

descendências. Aqui, o genealogista deixa de descrever exclusivamente as relações de parentesco para passar a narrar um pequeno caso que envolve o último indivíduo mencionado na lista genealógica – uma jovem aristocrata chamada dona Sancha. Pela narrativa, sabemos que a mulher nobre havia sido seduzida pelo Imperador a se tornar sua *barregã* (amante). Como temia a reprovação do irmão, a jovem resolveu por fim assassiná-lo, dando-lhe veneno. Depois do trecho narrativo que expõe esse caso, a descrição genealógica é retomada e segue descrevendo a sucessão de descendentes desse mesmo ramo familiar.

Este é o padrão que encontraremos nos livros de linhagens da Idade Média portuguesa: listagem de nomes em forma de relato, alternando-se com trechos narrativos que contam casos diversos ou outros tipos de intervenções propostas pelos genealogistas. As interferências narrativas podiam nesse caso se apresentar com vários tamanhos e de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários menores sobre o valor ou contravalor de tal ou qual nobre, até trechos um pouco mais extensos como o que acabamos de ler, chegando por fim a narrativas de extensões consideráveis. Há narrativas que remetem a acontecimentos históricos ou a construções literárias de caráter lendário, mas há também anedotas depreciativas ou laudatórias, bem como *exempla* de diversos tipos, isto é, narrativas de teor didático-moralístico cuja função é impor um certo padrão comportamental ou moral através de situações que enaltecem ou punem este ou aquele modelo de comportamento representados pelos personagens da narrativa.³ Há ainda casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Desse modo, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e tensões implícitas.

Compreendida a forma típica desta modalidade literária que era o livro de linhagens, poderemos aprofundar em seguida uma nova questão, que se refere ao jogo de poderes e micropoderes que interferiam não apenas na elaboração e circulação do texto linhagístico, mas também na própria constituição e uso do livro de linhagens como objeto manuscrito. Será necessário compreender, de saída, que tinham origens diversas as narrativas que eram interpoladas nos livros de linhagens para esclarecer, enaltecer ou depreciar aspectos familiares concernentes aos vários membros da nobreza portuguesa e ibérica (já que na verdade os livros de linhagens portugueses referiam-se não apenas a famílias nobres portuguesas como também a outras linhagens hispânicas). Muitas vezes, uma narrativa, que depois se veria interpolada em um livro de linhagens, tinha vida

própria e prévia através de uma circulação oral na qual os trovadores medievais desempenhavam um papel central.

Os mesmos poetas que costumavam cantar melodias trovadorescas nos saraus nobiliárquicos e palacianos eram também os difusores de narrativas diversas envolvendo personagens da nobreza de sua época e, sobretudo, os seus ancestrais. Costumavam recitá-las oralmente nas festas aristocráticas, na praça pública, nas reuniões e espetáculos, e muitas dessas narrativas foram posteriormente incorporadas aos livros de linhagens, precisamente porque se referiam às personagens aristocráticas que eram descritas através das listagens genealógicas. Também podia se dar que, antes de virem a integrar um livro de linhagens, essas narrativas circulassem em cadernos individuais que mais tarde se perderam.

Nosso objetivo será discorrer, a partir daqui, sobre as estratégias que se revelam na passagem das ‘versões orais’ das narrativas linhagísticas para as ‘versões escritas’ dos nobiliários – ou, ainda, na passagem de outras versões narrativas já escritas para as versões escritas que constituem o material linhagístico. Com alguma liberdade no uso desta expressão, falaremos aqui das ‘estratégias editoriais’ envolvidas nessas passagens.

Obviamente que um livro de linhagens – bem cultural da era dos manuscritos – deve ser diferenciado nas suas ‘estratégias de publicação’ de um livro qualquer inserido na era dos livros impressos. O livro impresso, por exemplo, circula através de uma grande quantidade de cópias tipográficas e vai ao seu público, sendo que nesse caso o editor irá, em função disso, direcionar as suas estratégias editoriais para captar o interesse, as expectativas, a competência cultural de um grande público. Frequentemente buscará fórmulas para reunir em um único feixe alguns interesses diversificados, com o que poderá almejar captar simultaneamente faixas distintas do público consumidor. Poderá lidar não apenas com a publicação impressa de textos originais, mas também com a publicação popularizada de grandes obras já conhecidas – para o que achará lícito promover operações diversas.⁴

Remodelações na apresentação do texto, multiplicando capítulos ou quebrando parágrafos para tornar o livro mais assimilável para um leitor de determinada competência de leitura; ou estratégias de simplificação, tanto em nível de desbastamento do texto como em nível de cortes operados na própria escala da frase – eis algumas estratégias textuais e editoriais voltadas para o deslocamento de um livro original para um outro nível de competência cultural. Nem mencionaremos aqui as alterações oriundas da ‘estratégias de impressão’, que chamam a atenção para a “distinção fundamental entre texto e impresso”,⁵ e que

envolvem desde as interferências em nível tipográfico como as mudanças do texto em função do ‘suporte’.

Algumas dessas questões são igualmente pertinentes para o texto publicado em manuscrito, mas há diferenças e especificidades em cada caso. Um livro de linhagens, por exemplo, não vai ao seu público sob a forma de inúmeras cópias, nem pode ser adquirido no mercado. O público é que deve ir ao livro de linhagens – e isso já coloca problemas de acesso ao exemplar único ou às cópias restritas de um manuscrito original. Em tempo: a redação de um livro mostra-se um empreendimento sofisticado na Idade Média, o que torna o exemplar manuscrito não apenas um bem cultural de luxo, mas também um instrumento de poder. Quem tem o poder neste caso são aqueles que simultaneamente controlam o acesso ao livro e definem os seus usos, abrindo o seu tesouro manuscrito para variadas práticas de leitura que lhes darão, cada uma delas, um tipo diferente de “oportunidade de poder”.

A alguns o dono permitirá que folheiem o livro, e a outros não. Aos mais chegados ou aos mais importantes no seu circuito de alianças permitirá uma ‘leitura intensiva’, ou ainda que lancem mão do conteúdo de seu manuscrito para a criação de novos livros, para investigações sobre as informações ou sobre a sabedoria nele contidas. Em outras oportunidades, irá oferecer o seu livro para a leitura coletiva em voz alta, o que irá tanto difundir a sua imagem de homem de cultura como ainda lhe assegurar uma nova ‘oportunidade de poder’ vinculada ao seu direito de indicar o que será lido (e, portanto, o que os outros poderão conhecer ou não de seu livro). Poderá ainda permitir que trovadores-narradores ou outros difusores culturais memorizem algumas das passagens do seu manuscrito para uma posterior difusão ou recriação, que será posta a correr mediante os mecanismos da oralidade. Quem detém o livro, por fim, pode autorizar nele novos acrescentamentos, convocando refundidores para continuar a obra ou completar um conteúdo que ainda não se esgotara (é o caso dos nobiliários, que pretendem registrar uma continuidade linhagística que ultrapassa o período de vida dos seus editores).

Estas são as estratégias pertinentes àquele que detém a posse do manuscrito, que pode ou não ter sido o empreendedor de sua edição (o livro, de tão precioso, é objeto de herança).⁶ Existem também as ‘estratégias editoriais’ propriamente ditas, mediante as quais o empreendedor da confecção do livro definirá o tipo de suporte, o modo como o livro é escrito, os materiais a serem incluídos (no caso de uma obra aberta como os nobiliários), as alterações a serem

efetivadas, o nível de linguagem a ser buscado, os recursos para permitir que o livro abrigue duas ou mais formas de leitura, a presença ou não de iluminuras. Com todas essas dimensões cujo controle detém no processo de edição, o empreendedor do manuscrito joga com expectativas e “competências textuais” a atingir, com níveis de eficácia a serem alcançados, com mecanismos de inclusão ou exclusão de leitores (e, no caso dos nobiliários, também com mecanismos de inclusão e exclusão daqueles que serão citados nas narrativas e listas genealógicas). Mesmo a escolha do suporte define certas oportunidades de poder e possibilidades de uso: o ‘livro de bancada’, por exemplo, não pode ser transportado sem uma certa solenidade, e folhear as suas páginas implica uma outra relação de aproximação entre o seu conteúdo e o seu leitor que não aquela pertinente aos livros de fácil manuseio.

Todo esse poder editorial, naturalmente, é aqui elaborado de uma maneira ainda intuitiva (estamos muito longe do mundo das estratégias de publicidade). Mas é de fato um poder a mais no jogo político, e os grandes homens de cultura da Idade Média sabiam lidar com esses recursos de poder assegurados pelo viés da cultura. Os reis-sábios ibéricos (como um Afonso X de Castela ou um D. Dinis de Portugal) ou os grandes nobres promotores de cultura (como um Conde Dom Pedro) certamente não estavam alheios à possibilidade de utilização desses poderes. Em vista disso, foram grandes promotores da feitura de crônicas, livros de linhagens e cancioneiros. Controlar o Livro, palco literário para narrativas e cantigas imobilizadas sob a forma manuscrita, mostra-se quase tão importante quanto controlar um ‘sarau trovadoresco’, palco concreto para a expressão de cantigas e narrativas através da oralidade ou do imbricamento entre oralidade e escrita. É verdade que existe a diferença de que o palco trovadoresco pode acessar ainda as faixas iletradas de público (mas o livro também pode, é bem verdade, nas suas leituras sociais em voz alta).

Com isso devemos considerar que a constituição da forma e do conteúdo de um nobiliário, a partir do duplo trançado da descrição genealógica e da rede de relatos linhagísticos, não está isenta da interferência dos seus múltiplos editores – no caso os coletores de narrativas e de informações genealógicas, os organizadores e compiladores do material linhagístico por eles fornecido, os promotores do empreendimento, e todo um grupo de escrivães e homens de cultura que se escondem sob o autor nominal do nobiliário (no caso do *Livro de Linhagens*) ou sob nome nenhum (no caso do *Livro Velho* e do *Livro do Deão*).

Os nobiliários, como dizíamos, recolhem o seu material narrativo tanto da produção oral circulante no Paço e nos meios senhoriais, como de versões já

escritas que, podemos conjecturar, circulavam também em cadernos e folhas individuais. A existência dessas folhas individuais deve ser presumida com base em uma reflexão sobre os diversos mecanismos possíveis para a preparação ou realização de uma performance narrativa oral. Examinemos algumas possibilidades.

A performance oralizada de uma narrativa, em alguns casos, deve ou pode se sustentar previamente em um texto de base utilizado ou como roteiro de orientação ou como texto rigoroso para a memorialização. Podemos nos referir ainda ao caso da leitura em voz alta de um texto – seja da folha pertencente ao orador, seja de um livro já estabelecido (no caso, é bom lembrar que o *Livro Velho*, bem como algumas das crônicas que foram fontes para os outros dois nobiliários, eram contemporâneas dos saraus palacianos onde circulavam oralmente as narrativas que mais tarde seriam inseridas no *Livro do Deão* e no *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro* e, desse modo, a leitura do *Livro Velho* podia também fazer parte das atividades culturais aí desenvolvidas). Nada disso exclui, naturalmente, a co-presença da performance oralizada mais pura, inclusive aquela que vem carregada de elementos de improvisação e de interação com o público.

O pressentimento de todas essas práticas diversificadas, em que se imbricam oralidade e algum nível de escrita, deve infelizmente permanecer no âmbito especulativo, uma vez que não possuímos relatos dos próprios narradores e trovadores da época a respeito de seus variados sistemas de exposição e performance. Em contrapartida, devemos lembrar que mesmo o mais simples ato de conceder uma nova disposição a textos previamente selecionados é, de certa forma, compor já um novo texto. É em função dos leitores que deseja ou imagina atingir, e em função de como os deseja atingir, que o editor-compiler orienta a sua seleção, a maneira como organiza o material selecionado, o seu enquadramento em títulos, sem falar nos cortes operados, nas pequenas alterações e, particularmente no caso dos nobiliários, na maneira como se alterna o material narrativo com a descrição genealógica.

Por outro lado, há notáveis implicações na passagem, para um *corpus* narrativo, de narrativas que antes estavam isoladas. Seja uma versão narrativa que se acha registrada isoladamente em uma folha ou caderno individual, seja uma narrativa que faz parte do repertório de um trovador que a apresenta eventualmente no espetáculo trovadoresco, a passagem das peças isoladas para o *corpus* do nobiliário as transforma de imediato, sobretudo porque essas

narrativas passam a estar contaminadas pela proximidade das outras narrativas, pela sua alternância com uma lista genealógica, por novas conexões que até então não podiam ser imaginadas. Coabitando o mesmo *corpus* que outros textos, a narrativa antes isolada passa a dispor de novas vozes. Mas, de maneira inversa, pode-se dar que a narrativa seja também separada de um *corpus* anterior, de menores ou maiores dimensões, para ser reintroduzida em um novo *corpus* – e nessa operação novos sentidos também lhe são surpreendentemente acrescentados. Pode-se dar ainda que, em casos como esse, algo se cale na passagem de um para o outro *corpus*, ou que uma mensagem que antes era explícita se torne agora implícita, suplicante por complexas decifrações que antes seriam dispensáveis.

Apenas para dar um exemplo dentro do repertório possível de estratégias editoriais, podia-se quebrar em duas, com a interpolação de uma série de citações genealógicas, uma narrativa que em sua *performance* oral nos saraus palacianos seria única. Ou, ao contrário, podia-se fundir em uma única seqüência duas narrativas separadas. A interposição de comentários curtos devia por outro lado remodelar com freqüência uma narrativa original, fosse ela oriunda da tradição oral ou de uma versão escrita previamente consultada. Em outros casos, o editor-compilador podia achar necessário fazer o texto remontar a uma narrativa ou referência genealógica já incluída em outra parte do nobiliário (“este Dom Fulano de quem falamos é aquele que, conforme dissemos no título tal, descende de Dom Sicrano, e que venceu uma batalha contra os mouros”). Essas remissões internas criam novas possibilidades de intertextualidades a serem percebidas e, conseqüentemente, novas possibilidades de padrões de inteligibilidade. Com o ato de conectar, ou de oferecer a possibilidade de que seja lida uma conexão entre dois relatos que de outra forma estariam desligados, o editor-compilador cria novas modalidades de leitura para sua obra e as insere no repertório de práticas criadoras da leitura (estas que deverão ser empreendidas pelo leitor).⁷

Em síntese, o editor-compilador detinha uma boa margem de manobra para a manipulação do material linhagístico que se propunha a registrar. Com suas estratégias editoriais visava a uma determinada eficácia, ao cumprimento de um programa voltado para objetivos específicos (como aquele registrado no Prólogo do *Livro de Linhagens*), bem como à já mencionada ‘competência cultural’ do público receptor a que buscava atingir (no caso dos nobiliários era a nobreza, ou certos setores da nobreza, que primeiramente se tinha em vista). Do mesmo modo, o editor-compilador orientava as suas estratégias discursivas e editoriais também conforme as expectativas desse receptor, ou ainda conforme os usos que poderiam

ser dados ao seu texto ou a partes isoladas de seu texto (a leitura individual privada ou a leitura social em voz alta, a consulta de base para *performances* orais ou para a composição de novas crônicas e nobiliários, e assim por diante). Por fim, inseria em um jogo sociopolítico que lhe podia ser favorável todas as oportunidades de poder oriundas do direito de definir e de escolher as múltiplas dimensões envolvidas na composição do texto e de seu suporte.

O jogo de leituras possíveis (e audições possíveis) é a dimensão que completa esse complexo circuito. Atendo-nos às práticas e modos de leitura dos nobiliários, podemos imaginar um nível mais superficial de leitura que isola os episódios narrados de sua totalidade (portanto desligando-os ou não percebendo a sua intertextualidade possível). Há também uma leitura, ainda superficial, que se atém exclusivamente aos *exempla* oferecidos pelos episódios lidos de maneira isolada (ignorando, portanto, as conexões linhagísticas propriamente ditas, e não percebendo as múltiplas depreciações e enaltecimentos que se voltam contra indivíduos e linhagens concretas). Esse tipo de leitor educa-se no ideal cavaleiresco, mas não nas secretas e maliciosas artimanhas das operações genealógicas.

Há o leitor de listas familiares, que não se interessa pela leitura mais demorada das narrativas ou a quem ela é interdita, e que se concentra apenas nas referências genealógicas. Ele apenas se beneficia de uma compreensão da sua própria inserção familiar-linhagística, bem como das dos outros nobres, mas lhe escapam outras dimensões a serem compreendidas a partir do conteúdo narrativo interpolado. E existe por fim a leitura totalizada, que capta o texto na sua integridade complexa e habilita o leitor a compreender conexões implícitas entre as várias narrativas, percebendo adicionalmente as depreciações e exaltações que se escondem nos interstícios da intertextualidade, e captando também de uma maneira mais plena as lições cavaleirescas agora concedidas não apenas pelas narrativas isoladas, mas pela meganarrativa que se confunde com a interação entre todas as narrativas nos seus secretos diálogos internos.

Por ora, fica registrado que a existência de níveis e modos de leitura diferenciados com base no material linhagístico, bem como o acesso a esses diferentes níveis e tipos de leitura, criam hierarquias adicionais entre os diversos leitores e ouvintes dos nobiliários. Aquele a quem é somente concedida a leitura ou a audição do episódio isolado vê-se enclausurado em um nível de percepção mais restrito ao entrar em contato com o material narrativo-linhagístico e, portanto, lhe é proposto um lugar mais modesto na escala de leitores e ouvintes. Incluem-se aqui aqueles a quem é oferecida a leitura mais esporádica das páginas

do nobiliário, aqueles que somente têm acesso a folhas individuais de narrativas, ou aqueles que são convidados muito eventualmente para os espetáculos trovadorescos. Naturalmente, nem todos eles podem ser situados no mesmo nível, uma vez que há muitos outros interferentes que desnivelam as capacidades individuais de entender e perceber os múltiplos aspectos de um texto – inclusive a própria “competência textual” conquistada na experiência individual de cada um. Mas, enfim, o importante aqui é dar a perceber que o acesso ao livro (e a qualidade do acesso ao livro) educa para novos modos de leitura desse livro – e que a interdição ou restrição de seu acesso impede a possibilidade de o indivíduo-leitor enriquecer seu repertório de modos de leitura de um livro (isso também vale para o espetáculo trovadoresco – que metaforicamente pode ser considerado como um ‘livro interativo’ aberto para as práticas do espetáculo e da oralidade).

No outro extremo do *continuum* de “competência textual” localizam-se o ‘leitor intensivo’ do nobiliário e o ‘ouvinte freqüente’ dos saraus palacianos e senhoriais, que, tendo um maior acesso às várias partes do megatexto linhagístico, podem começar a desenvolver uma aprendizagem de sua totalidade. Mas é em todo o caso necessário lembrar que a compreensão plena do conteúdo linhagístico inclui ainda uma espécie de ‘iniciação’, que pode ser facilitada através de conversas a que se tenha acesso nos círculos de leitores e ouvintes mais experientes. Por fim, consideremos que – dadas as múltiplas naturezas dos vários conteúdos narrativos presentes nos livros de linhagens – um nível máximo de competência textual pode ser buscado naquele leitor que realiza aquilo que Roger Chartier chamou de uma “leitura plural”.⁸ Esse leitor é capaz de distinguir com eficácia o cômico do sério, o anedótico do moralístico, o didático do meramente enaltecedor ou depreciativo, o fantástico do cotidiano e, nessas operações, apropriar-se de conteúdos que podem favorecer a sua experiência individual e a sua posição na ‘luta de representações’ enfrentada na vida cotidiana. Aqui temos ainda um leitor que, tal como exemplificaremos adiante, possui certas ‘chaves de intertextualidade’ que outros desconhecem. E alguns entre eles chegarão mesmo a perceber a pluralidade de sentidos oferecidos pelos diversos níveis narrativos, e quiçá estarão aptos a captar algo das muitas vozes que habitam o discurso linhagístico, o que de resto os habilitará a tirar partido dos usos abertos a cada narrativa.

Esta capacidade mais plena de leitura do material linhagístico, proporcionadora de uma visão de profundidade e de conjunto vedada à maioria dos leitores, podia se tornar o tesouro de uns poucos que, em todo o caso, só podiam receber certas chaves mais secretas para a compreensão do texto na

base de uma transmissão pessoal da informação, e isso quando tinham acumulado uma “competência textual” suficientemente adequada para recebê-la. Circulando por fora do círculo dos leitores-ouvintes da leitura ou da audição fragmentada, da intertextualidade não-percebida porque não-revelada, da recepção isolada de uma narrativa que se desagrega das outras, esse leitor especial podia se situar em uma posição privilegiada para a compreensão do texto ou do espetáculo. Tudo isso também era ‘poder’, através do qual aqueles que o detinham podiam estabelecer alianças de identidade uns com os outros ao mesmo tempo em que se separavam daqueles que careciam da informação inteira. Penetrar em mais um compartimento de significado era, portanto, penetrar em um novo mundo, em uma nova classe de leitor, em um novo recinto de poder ao qual nem todos tinham acesso.⁹

No mais, acrescente-se que a possibilidade de imaginar cada leitor em afinidade com um ‘modo de ler’ – ou em um lugar (não necessariamente fixo) no *continuum* da ‘competência de leitura’ – não nos isenta (como não isentava os editores-compiladores que elaboravam as suas diversas estratégias) de avaliar as inúmeras ‘práticas de leitura’ possíveis de serem partilhadas por um número significativo de leitores (e ouvintes) de níveis diversificados. Aproveitando algumas reflexões já desenvolvidas por Roger Chartier, podemos vislumbrar a variedade dessas práticas que permitiriam que os usos de um texto circulassem “entre leitura em voz alta, para si e para os outros, e leitura em silêncio, entre leitura de foro privado e leitura de praça pública, entre leitura sacralizada e leitura laicizada, entre ‘leitura intensiva’ e ‘leitura extensiva’”.¹⁰ Tudo dependia, no caso da época dos nobiliários, de que o dono do Livro, senhor do texto entesourado, o trouxesse à luz dessas práticas em ocasiões especiais (como quem tira as jóias do cofre na ocasião da festa), ou que atendesse em algumas ocasiões menos ou mais frequentes às solicitações dos diversos tipos de leitores, exercendo o seu poder de conceder ou interditar o acesso ao texto e de, em certos casos, definir o seu modo de leitura.¹¹

É precisamente uma sutil rede de micropoderes que veremos se estabelecer na confluência do ato de ‘conceder’ a um leitor-ouvinte o acesso ao texto (na sua materialidade, por assim dizer) e do ato de conceder aberturas para este ou aquele modo ou nível de leitura. Exemplificaremos com a menção a Aristóteles que aparece como um pormenor do Prólogo do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*. A certa altura de sua introdução ao seu livro de linhagens, o organizador menciona uma pequeníssima passagem extraída do pensamento do filósofo grego, registrando aí uma marca de intertextualidade. Trata-se esta de uma informação a que nem todos têm acesso no mundo dos leitores-ouvintes linhagísticos (muitos

não serão convidados a ler o Prólogo, outros não perceberão a importância dessa menção para compreender a ética com a qual se dialoga, outros serão meros ouvintes desatentos de narrativas isoladas nos saraus palacianos, e assim por diante). Examinando a questão por esse viés, uma leitura de fundo plenamente consciente pode ser pressuposta como monopolizada por aqueles que se mostrassem capazes de estabelecer as devidas conexões intertextuais – certamente o Conde D. Pedro e provavelmente alguns leitores privilegiados por um conhecimento prévio da *Ética a Nicômaco* e das interrelações ocultas entre o nobiliário e o texto grego (ou outras conexões intertextuais para além desta).

A partir desse caso, podemos conjecturar algo acerca das possibilidades de manipulação menos ou mais consciente dos diversos níveis de ‘competência leitora’ pelos editores-compiladores ou pelos detentores da posse dos nobiliários. Existe aqui um modo e um nível de leitura a que nem todos têm acesso, e que se revela como expressão de um poder do qual poucos participam, deixando-se para o comum dos leitores-ouvintes as demais leituras que poderíamos considerar ‘menos aprofundadas’, mas que de um modo ou de outro também educam para o modo de vida cavaleiresco tal como os autores dos nobiliários o concebem.¹²

Quem controla um maior número de chaves para a compreensão de um texto pode ser considerado, naturalmente, mais poderoso no universo dos fruidores habituais e esporádicos de um livro. E há um duplo poder aí envolvido: o poder de compreender melhor o que outros vagamente compreendem ou mesmo ignoram, e o de conceder essa compreensão aos leitores que se quer privilegiar em dado momento, o que obviamente irá ocorrer de acordo com interesses do próprio concessor. A informação é aqui um elemento de poder. Quem pode concedê-la, senão aquele que controla os segredos autorais e editoriais do livro, que detém a totalidade de chaves para a sua compreensão, e que, por outro lado, tem acesso a um certo número de bens culturais que incluem os livros que devem ser postos em intertextualidade?

Deter ou conceder a informação de que o *Livro de Linhagens* pode ser lido em conexão com a *Ética a Nicômaco*, e, se assim se decidir, mostrar um exemplar da própria obra de Aristóteles àquele leitor que se pretende privilegiar, em um tempo em que os exemplares são raros porque manuscritos – eis aqui um poder exercido que concede novos poderes. Afinal, oferecer a um leitor uma nova chave para a compreensão do texto será, nesse caso, permitir que ele tenha acesso a um compartimento do texto que até então permanecia secreto. Depois de abrir uma nova porta no texto, de penetrar no compartimento oculto, de

adentrar uma passagem secreta que conduz a uma rede intertextual que até então se desconhecia, a leitura então já não será mais a mesma – e o leitor ter-se-á transmutado em um leitor ele mesmo mais poderoso, agora acrescido de uma nova “competência textual” e da posse de uma pequena chave que também ele guardará como um tesouro.

Entrevemos aqui como o *Livro de Linhagens* também traz consigo possibilidades não declaradas de hierarquizar através da leitura, de excluir ou incluir o leitor-ouvinte em uma ou outra ‘classe de leitor’, de criar padrões de identidade e separação conforme as capacidades de penetração nos sentidos da obra. O Livro, suporte solene de acesso restrito, e a Informação extratextual, lugar de múltiplas mensagens de acessos sutilmente controlados, mostram-se aqui dois tesouros diferenciados. Em suma, aqueles que manipulam os usos do Livro e as informações sobre o Livro atuam potencialmente em diversos âmbitos. A determinação daquilo que se conhece, quando se é um nobre atualizado nos parâmetros cavaleirescos, confere a esse grupo sociocultural seu modo de identificação e distinção (portanto seus critérios de exclusão) – e eis aqui um primeiro poder. Mas, para dentro deste círculo mais amplo, quantos poderes determinados pela diversidade de possíveis saberes! Uma peça mais rara no quebra-cabeças da informação, um signo a mais no repertório da ostentação, um segredo ciosamente guardado para a tradução da informação codificada, uma chave capaz de abrir um portal de intertextualidade ... em quantos caminhos o Poder vaza o Livro!

Avançaremos por uma última questão. Além de controlar o acesso à leitura, aquele que detém a posse física do nobiliário é também o ‘dono de um livro inacabado’, o que desde já traz novos acréscimos às suas possibilidades de poder. Ao se mostrar como o organizador e proprietário de um livro em aberto que está em permanente construção,¹³ e que aceita novos materiais que vão sendo gradualmente incorporados ao texto, o ‘dono’ do nobiliário ou do cancionero controla também um novo espaço de inclusão e exclusão. O Conde D. Pedro, detentor de um *Livro de Cantigas* e de um *Nobiliário*, converte-se, por exemplo, em uma expressão desse poder. Com o cancionero, que indica autorias das várias cantigas, lida com a ‘inclusão/exclusão’ dos autores, definindo quem irá e quem não irá participar da coletânea e, em um segundo momento, demarcando-os com estratégias editoriais de hierarquização (classificando como jogral ou trovador, elogiando ou depreciando através de rubricas). Com o nobiliário, cujas narrativas são anônimas, controla a ‘inclusão/exclusão’ dos personagens que serão mencionados pela literatura linhagística.

Quase seria a pior ofensa para um nobre, ávido de prestígio social, ser ignorado ou não ter os seus antepassados mencionados nas páginas de um nobiliário que se propõe a ser um livro da nobreza hispânica – não houvesse ainda a situação mais desagradável de ser lembrado como traidor ou covarde, como o marido traído que não vingou a sua honra, como o indivíduo malicioso que engana a sua própria parentela para alcançar objetivos mesquinhos, como o raptor que desonra viúvas e donzelas de boa linhagem. Controlar o acesso e a qualidade de acesso dos personagens à literatura dos nobiliários, e o acesso e a qualidade de acesso dos autores às páginas dos cancioneros, é participar de maneira excepcional do poder de definir o perfil social de um conjunto importante de indivíduos. Aquelas folhas em branco em um nobiliário ou cancionero são ameaçadoras, porque são espaços de futura inclusão e de exclusão – espaços onde serão registradas as vozes e os silêncios dos atores sociais. Lugares da memória ainda não escrita, e, portanto, lugares de poder.

Análise de uma narrativa em intertextualidade

As narrativas linhagísticas atendiam, no contexto da sociedade medieval portuguesa, a propósitos que iam da edificação de uma identidade de classe para a nobreza à elaboração coletiva de uma solidariedade nobiliárquica, passando, sobretudo, pela contribuição para a elaboração e difusão do Imaginário Cavaleiresco. Por outro lado, como vimos, essas narrativas e o próprio livro de linhagens em si mesmo inseriam-se em uma complexa rede de poderes e micropoderes. A inserção ou exclusão de certo indivíduo ou linhagem em uma genealogia nobiliárquica, e a valorização ou desvalorização de seus ancestrais através de narrativas várias, eis aqui forças que contribuíam para constranger os indivíduos ou para reforçar o poder e prestígio de uns em relação aos outros. Ao mesmo tempo, as narrativas inseridas nos livros de linhagens podiam atender a funções ideológicas e de formação ética dos indivíduos pertencentes à nobreza, neste último caso com as narrativas que funcionavam como *exempla*.

Examinaremos em seguida uma das mais impressionantes narrativas do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, pois ela bem demonstra algumas dessas questões:

“E em sendo moço pequeno aconteeo gram cajam a seu padre dom Fernam Rodriguez, porque ua covilheira de sa molher

dona Estevainha fazia mal com uu peom, e ia cada dia ao serão a el, a uu pomar des que se deitava sa senhor, e levava cada dia o pelote de sa senhor vestido. E dom Fernam Rodriguez nom era entom I. E dous escudeiros seus que I ficaram virom-nos uas tres noites ou quatro, e como entrava o peom a ela per cima de uu çarrado do pumar a fazer mal sa fazenda sô ua de arvor.

E quando chegou dom Fernam Rodriguez espedirom-se-lhe os escudeiros e foram-se, e tornaram a ele outro dia e contarom-lhe esta maneira, dizendo que sa molher fazia tal feito, e que a virom assi uas tres noites ou quatro. E disserom que fosse dali e que lho fariam veer. E ele foi-se e tornou i de noite a furtu com eles aaquele lugar u eles soiam a estar. E a cabo de pouco virom viir a covilheira pera aquele logar meesmo, e tragia vestido o pelote de sa senhor bem como soia. E dom Fernam Rodriguez foi pera la quanto pode, e travou no peom, e enquanto o matava, fugio ela pera casa e colheo-se sô o leito u sa senhor jazia dormindo com seu filho dom Pero Fernandez nos braços. E des que Fernan Rodriguez matou o peom, endereçou para o leito u jazia sa molher dormindo com seu filho, e chantou o cuitelo em ela e matou-a. E des que a matou pidio lume, e quando a achou jazer em camisa a seu filho a par de si, maravilhou-se e catou toda a casa, e achou a aleivosa da covilheira com o pelote vestido de sa senhor sô o leito, e preguntou-lhe porque fizera tal feito. E ela lhe disse que fezera como maa. E ele mandou-a matar e queimar por aleivosa.

E ficou com gram pesar deste cajam que lhe acontecera, que bem quisera sa morte. E filhou outro dia, e vestio uus panos de saial, e foi perante o emperador, que era o seu padre dela, e disse assi: ‘Senhor, eu, seendo casado com dona Estevainha, vossa filha, de que siia mui bem casado e muito honrado, como mui bõa dona que ela era, matei-a sem merecimento, e por esto me digo aleivoso; pero, senhor, que mento, ca a matei per tal e per tal maneira’, como ja dissemos. E contou-lhe a maneira toda. ‘E esto, senhor, foi por cajam, ca nom por. E andou assi reteudo alguus dias ataa que o emperador houve a dar a sentença, e a sentença foi esta. Disse: ‘Dom Fernam Rodriguez, eu vos dou por boo e por leal, ca este feito bem parece que foi mais por cajam que al, e assi sodes vós sem culpa. Mais pero meteste-me mui gram pesar no meu coração, mais porque era mui boa ca por seer minha filha.

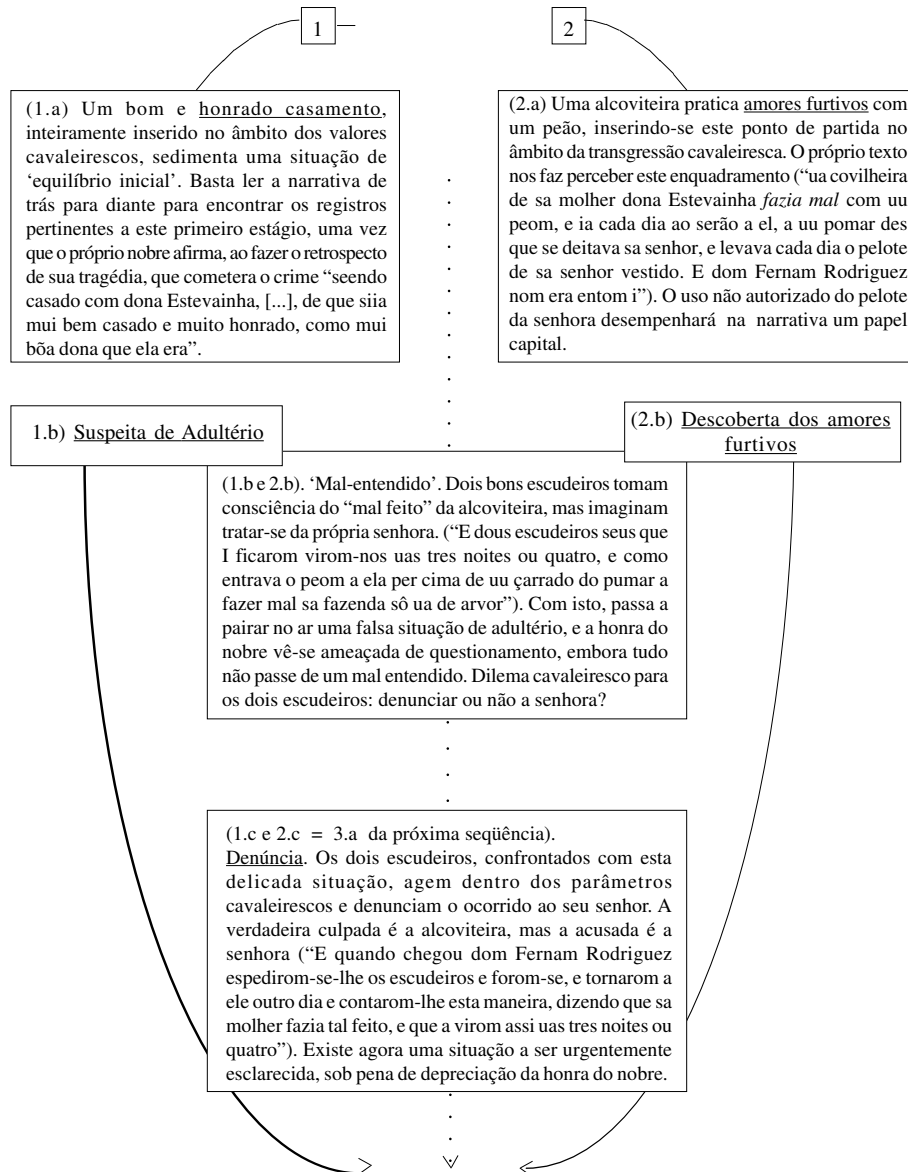
Este dom Fernom Rodriguez houve virtude em quantas lides entrou, todalas venceo. El venceo o conde dom Henrique de Lara e matou-o, e prendeo o conde dom Nuno seu irmão duas vezes, e assi fez com quantos cristãos e mouros lidou”. (LL 11C7)

O argumento central da narrativa é organizado em torno de uma suspeita de adultério que desde o princípio da trama é apresentada ao leitor-ouvinte como falsa, e que conduz a um assassinato perpetrado injustamente. Ao final do relato, coloca-se uma derradeira complicação – que para nós será da maior importância – e que se refere ao fato de o nobre apresentar-se ao imperador para ser julgado, mas sendo este na verdade o pai da vítima. Esta superposição de dois papéis, o de ‘rei mediador’ e o de ‘pai da vítima’, traz à tona um novo e intrincado problema cavaleiresco.

Os personagens, cada um ao seu modo, circulam no universo dicotomizado da ‘afirmação/transgressão cavaleiresca’. A alcoviteira, a grande vilã da história, inscreve-se integralmente no circuito da transgressão. O cavaleiro nobre – ao mesmo tempo réu e vítima de uma tragédia que condiciona a sua própria ação – é arrastado inconscientemente para a transgressão de um assassinato injusto, inserindo-se, portanto, no caso típico de ‘trajeto inconsciente para o âmbito não-cavaleiresco’ (conforme Tabela 1, já elaborada). A mulher do nobre tem uma participação inteiramente passiva: entra e morre na trama sem nada dizer ou fazer, o que não impede que a sua honra seja questionada e depois resgatada (circulando, portanto, entre os circuitos da afirmação e da transgressão cavaleiresca). Os escudeiros cumprem o seu papel: são olheiros do seu senhor e portam-se cavaleirescamente ao denunciar o que pensavam ser um adultério. Inserem-se integralmente, dessa forma, no âmbito cavaleiresco. O peão (amante da alcoviteira), apesar de inteiramente passivo na trama, também ocupa um espaço de transgressão, uma vez que se torna um dos veículos com que se mostra ideologicamente que o não-nobre não pode ocupar um lugar reservado aos nobres.

Empreenderemos, a seguir, uma reconstrução analítica da trama. Dividiremos a narrativa em três grandes seções: ‘o Problema’, ‘a Ação’ e ‘o Julgamento’. Partiremos do entrelaçamento inicial de duas seqüências principais que constituirão uma verdadeira espinha dorsal para a primeira seção desta tragédia cavaleiresca. Chamaremos de ‘1’ e ‘2’ a essas duas seqüências fundamentais, e resumiremos a seguir, ocasionalmente em duas colunas, a série de proposições narrativas que se sucedem para a primeira seção do texto.¹⁴

QUADRO 1
Seção 1 - O Problema



Com relação a esta primeira seção narrativa, alguns aspectos devem ser elucidados. Um primeiro problema cavaleiresco foi já colocado e já resolvido. Partimos da cena clássica de um casamento que deveria ser honroso e que, no entanto, é perturbado por uma cena de adultério (no caso, uma *falsa* cena de adultério). O adultério era uma forma de transgressão cavaleiresca tipicamente aberta para as figuras femininas (enquanto as figuras masculinas dispõem ainda de outros recursos para transgredir o código cavaleiresco, como no caso das traições vassálicas, das ações injustas, ou das cenas de covardia). Em uma narrativa bem conhecida do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro* (“Rodrigo Gonçalves”, LL 21G11), temos o caso de um nobre que, ao tomar conhecimento da traição de sua esposa com um frade, resgatara sua honra ferida com uma vingança brutal e radical – não apenas voltada contra os adúlteros, mas contra todos os habitantes de seu castelo. Vale a pena lembrar, para propósitos comparativos, essa vingança exemplar:

“Ela estando no castelo de Lanhoso, fez maldade com uu frade de Boiro, e dom Rodrigo Gonçalvez foi desto certo. E chegou e cerrou as portas do castelo, e queimou ela e o frade e homees e molheres e bestas e cães e gatos e galinhas e todas as cousas vivas, e queimou a camara e panos de vistir e camas, e non leixou cousa movil. E alguus lhe preguntarom porque queimara os homees e molheres, e el respondeo que aquela maldade havia XVII dias que se fazia e que nom podia seer que tanto durasse, que eles nom entendessem algua cousa em que posessem sospeita, a qual sospeita eles deverom descubrir”.

A narrativa sobre o adultério de Lanhoso pode contribuir para lançar luz sobre esta que agora analisamos. Ali vemos que a idéia fundamental de que a comunidade ou os indivíduos que não denunciarem um adultério cometido – desde que possuindo para com o nobre traído deveres ou de ordem vassálica ou de ordem senhorial – tornam-se plenamente coniventes com a transgressão cavaleiresca, o que é claramente explicitado pela narrativa apresentada. É precisamente este o primeiro dilema trazido pela narrativa que ora analisamos – no caso um dilema sofrido pelos dois ‘bons escudeiros’ que foram incumbidos de zelar pelos pertences do senhor ausente (inclusive pela esposa, bem maior no inventário cavaleiresco). Identificado o adultério, ou o que parece ser um adultério, surgem duas alternativas:

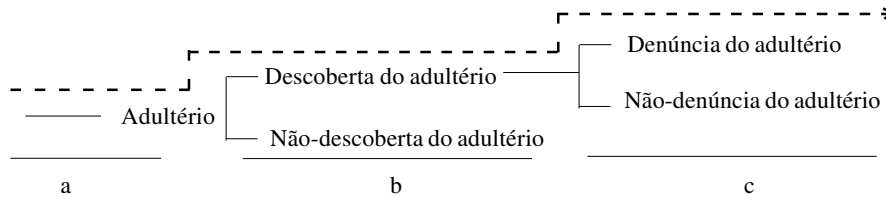
denunciá-lo, ou ignorá-lo. Para um ‘bom escudeiro’, que tem laços de fidelidade a observar, existe um único caminho em pontilhado que ele deve necessariamente seguir – sob pena de tornar-se tão conivente com a transgressão cometida como o fora a comunidade senhorial da narrativa antes citada (com o recurso à imagem metafórica do ‘caminho em pontilhado’, pretendemos nos referir a este ‘ideário cavaleiresco’ que deve guiar os passos do ‘bom nobre’.

O ‘bom escudeiro’, enfim, não pode conceber outra alternativa senão a de denunciar a transgressão perpetrada contra a honra de seu senhor. Somente seguindo esse ditame em pontilhado ele pode permanecer no âmbito cavaleiresco. Na verdade, ele não somente é responsável por *denunciar* o adultério cometido, como de certa forma é responsável por *descobrir* o adultério cometido. Não estar atento às infrações cometidas também o tornaria culpado. ‘Não denunciar’ a transgressão percebida, então, seria coroamento de uma ação não-cavaleiresca em paralelo, que se torna virtualmente possível a partir do próprio ato adúltero.

Poderemos compreender o problema aqui desenvolvido com base no modelo de análise seqüencial proposto pelo semiólogo Claude Bremond.¹⁵ O método proposto por Bremond procura analisar não apenas uma certa narrativa concretizada em seu resultado final, mas também o que ele denomina “possíveis narrativos”.¹⁶ Dito de outra forma, sua proposta de análise busca dar conta da rede completa de opções que a lógica oferece ao narrador em um ponto qualquer da história para continuar com seus desenvolvimentos possíveis.¹⁷

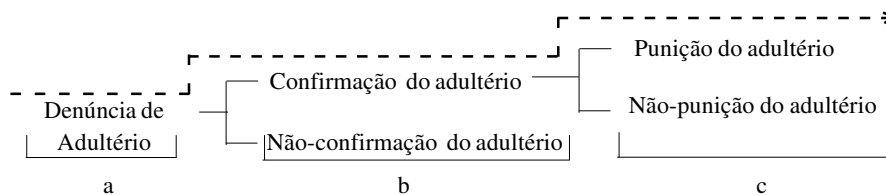
O método de Bremond visa entender a lógica narrativa com base nos seus possíveis e avaliar como, no decurso de uma narrativa, manifestam-se situações em que um agente qualquer se depara com determinada tarefa a cumprir ou certo desafio a ser enfrentado; diante dessa situação, esse agente pode aceitar a tarefa ou não. Aceitando-a, a tarefa se investe em ação e se abrem para o agente duas possibilidades distintas: completar a tarefa (o agente executa a ação obtendo sucesso) ou não (embora tente executar a tarefa, o agente não obtém sucesso). A definição de uma dessas opções ou caminho de possíveis está por trás da montagem de uma seqüência narrativa e, assim sucessivamente, a própria história.

Na abordagem proposta por Bremond, os agentes de uma trama podem se envolver com escolhas que devem ser consideradas entre os “possíveis narrativos”. Assim, uma vez aberta uma possibilidade virtual qualquer, passam a ser acionados a seguir, sucessivamente, vários pares de alternativas que podem ser avaliadas como positivas e negativas. Já adaptando essa proposta analítica à situação narrativa que presentemente estudamos, teríamos o seguinte esquema seqüencial:



Para o ‘bom nobre’, especificamente o envolvido em relações de fidelidade para com a vítima do dano adúltero, apenas o caminho superior é permitido – sendo ele ocasionalmente responsável tanto pelo descobrimento da transgressão como pela sua denúncia. Se procurarmos agora avançar mais além na seqüência de alternativas possíveis, veremos que a seguir se abrirá necessariamente, após uma eventual confirmação do adultério, um novo par alternativo que corresponde à ‘punição / não-punição dos adúlteros’. Essa etapa terá de ser cumprida obrigatoriamente pela própria vítima do adultério que, para agir dentro dos ditames cavaleirescos, deverá lavar a própria honra com todo o rigor possível. No mundo cavaleiresco não é possível delegar o cumprimento dessa etapa a um outro e, por isso, os bons escudeiros não podem senão denunciar a transgressão ao seu senhor, cabendo a ele agir em defesa da própria honra. É esse caminho que será percorrido na próxima seção do relato.

A segunda seção da narrativa, descrita nestes termos, partirá exatamente do ponto em que encerramos a seção anterior. Com a denúncia encaminhada pelos bons escudeiros, existe agora uma suspeita de adultério que precisa ser esclarecida. Uma vez confirmada, ela deverá ser exemplarmente punida. Há, também aqui, um caminho em pontilhado que deve necessariamente ser percorrido.



Esse é o caminho em pontilhado, frisamos mais uma vez, que sintoniza habitualmente com os modelos de comportamento idealizados propostos pela realidade literária dos livros de linhagens. Isso não quer dizer que, no mundo concreto da rede de expectativas e reciprocidades que se estabelecem entre os indivíduos, esse caminho não admita negociações face a elementos circunstanciais.

Algumas narrativas, trazendo à tona esse vivido mais flexível, chegam mesmo a mostrar situações em que os indivíduos negociam ou manipulam esse caminho padronizado que a rigor deveria desembocar na punição de ambos adúlteros. Vale a pena desviar nossa atenção, por um momento, para uma narrativa que coloca em confronto o ‘rei’ (Afonso Henriques) e um ‘nobre’ (Gonçalo de Souza). O rei desempenha aqui o papel do adúltero; Gonçalo de Sousa é a vítima ultrajada do adultério; sua mulher (Sancha Alvares) é a esposa que trai. A narrativa nos informa que, beneficiando-se da hospitalidade do nobre Gonçalo de Souza, o rei aproveita-se da oportunidade para “donear” a esposa do fidalgo que o acolhia:

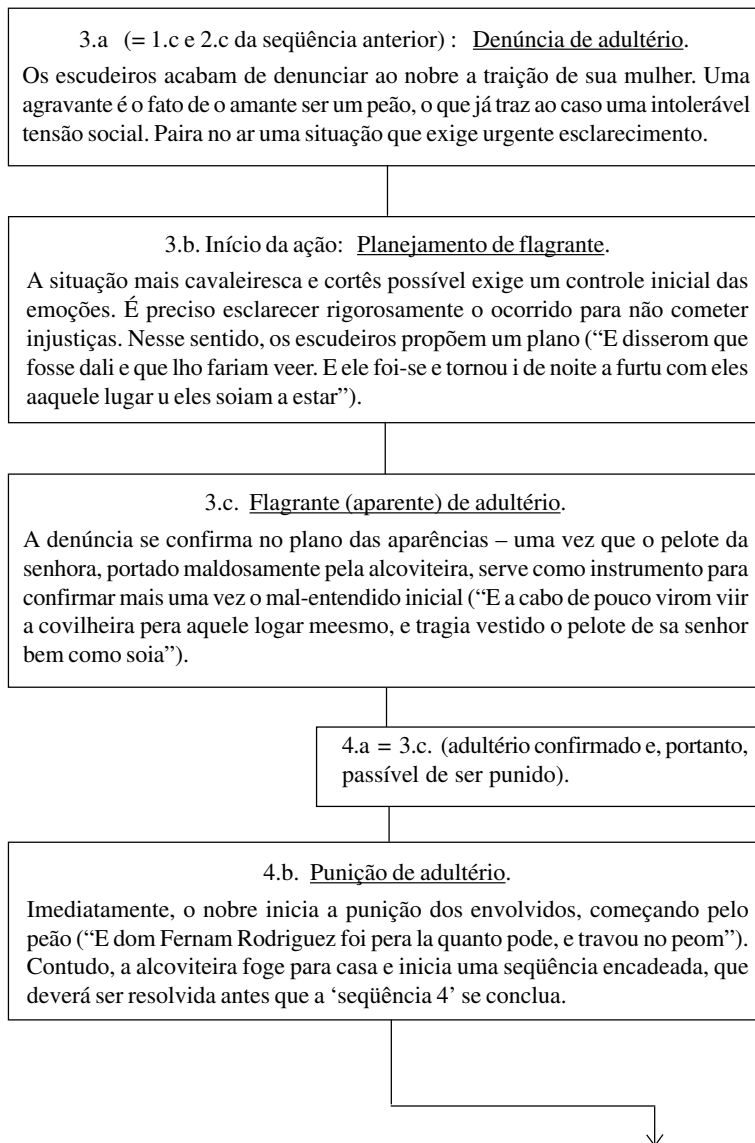
“E quanto lhe [siiam] (?) adubando de comer, foi el rei a ver sa molher, que havia nome dona Sancha Alvarez, filha del conde Dom Alvaro d’ Astuiras, e começou-lha... d[onear] (?). E Dom Gonçalo de Sousa entrou pela porta e vi-o assi seer e pesou-lhe ende muito, e disse-lhe ‘Senhor, levantade-vos d’id e [comede] (?), ca adubado o teedes”. (LL 22A5)

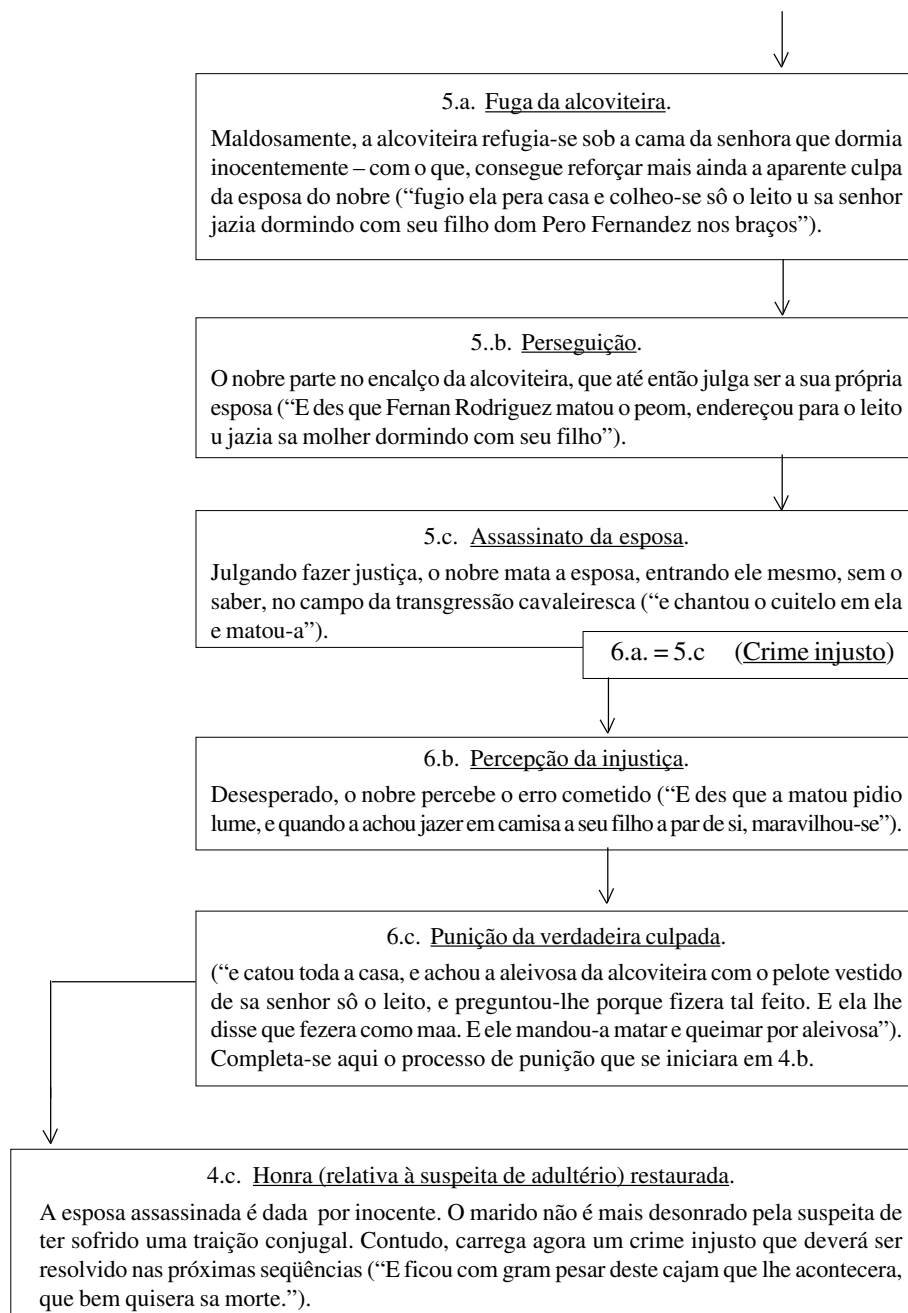
Agora o cúmplice do adultério não é meramente um peão, mas o próprio rei de Portugal. Isso exige, naturalmente, negociações e manipulações do processo de reparação da honra. Diante dessa situação delicada, o nobre prefere apenas trocar sutilmente alguns insultos com o rei, e desviar toda a punição para a esposa (castigo aplicado diante do rei e que vale por uma afronta adicional):

“E el sendo comendo filhou Dom Gonçalo sa molher e trosquiou-a e ... ua pele a avessas, e pose-a em cima d’uu sendeiro d’albarda, o rostro contra o rabo do sendeiro, e uu home com ela e nom mais, e [mandou-a] (?) pera sa terra, perante u el rei estava com muitos [apu]pos que lhi davam p...as e rapazes (?) e el rei teve-se por desonrado desto, e disse-lhe: ‘Dom Gonçalo, por mais pouco ca esto cegou em ... Atei uu adeantado de meu avoo sete condes’. E el lhi disse: ‘Senhor, cego-os a torto, e morreo porem’”.

A defesa da honra, conforme pode ser visto, admite concessões. Mas voltemos ao nosso *exemplum* linhagístico, bem mais sintonizado com o modelo radical de comportamento cavaleiresco previsto para os casos de adultério. Prossigamos na esquematização da narrativa “Dona Estevainha”, decifrando esta que consideraremos a segunda seção do relato.

QUADRO 2
Seção 2 - A ação





O quadro 2 resume esquematicamente a segunda parte da trama, agora mais especificamente em uma fase da narrativa na qual se desenvolve a ação propriamente dita. Chegamos ao termo desta segunda zona narrativa com algumas questões bem colocadas para a questão que estamos presentemente examinando, a saber, a questão de como um determinado imaginário cavaleiresco que atravessa as narrativas linhagísticas assume funções normatizadoras relativamente ao universo aristocrático literário e extraliterário. Alguns percursos cavaleirescos foram coerentemente resolvidos. A esposa, inteiramente passiva, havia deslizado na imaginação dos demais personagens para o plano da transgressão cavaleiresca – isso enquanto se encontrava sob a falsa acusação de um adultério. Agora retorna, embora já sem vida, mas em todo o caso com a honra resgatada, ao plano da valoração cavaleiresca. A alcoviteira, reconhecidamente má (“lhe disse que fezera como maa”), é exemplarmente punida (situação clássica do transgressor condenado). Mas o ‘bom nobre’ acaba de adentrar o campo da transgressão cavaleiresca, no instante mesmo em que percebeu ter cometido um assassinato injusto, o que, conforme veremos, será uma pendência que ainda espera ser resolvida no âmbito desta complexa narrativa.

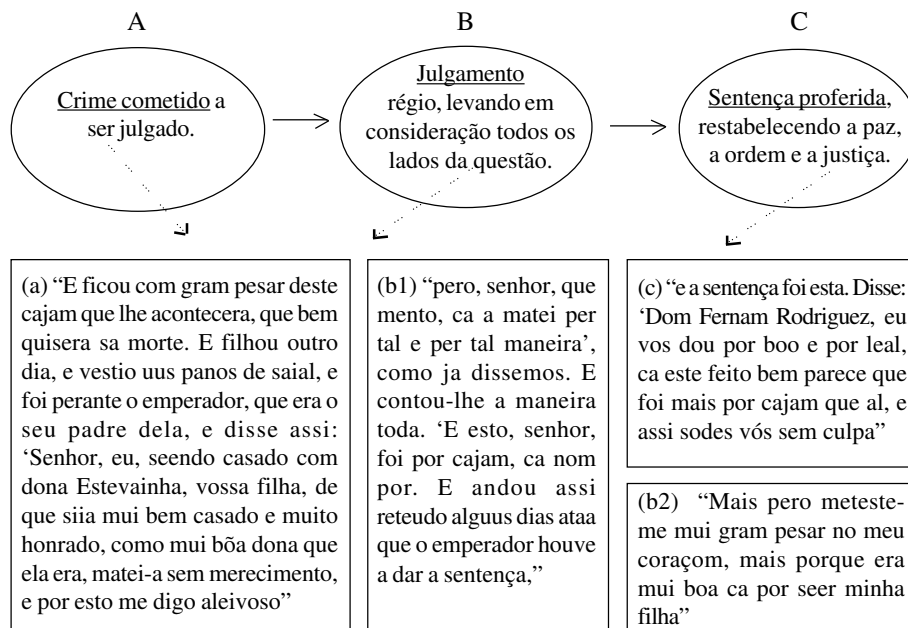
Seguindo o modelo do trajeto habitual dos ‘modelos de transgressão involuntária’ que se encontram presentes na série de narrativas linhagísticas, o que inclui inúmeros outros relatos que não puderam ser tratados aqui, o ‘bom nobre’ não descansará enquanto não realizar o percurso de volta. Sabemos de antemão que será bem sucedido – uma vez que o discurso linhagístico movimenta-se por um repertório de caminhos já traçados, sempre reservando um bom retorno aos nobres que se conservam essencialmente bons. De fato, depois de toda a tragédia ocorrida, da qual ainda teremos que decifrar a última parte, o final da descrição linhagística reservar-lhe-á glórias e homenagens prontas a reafirmar o seu perfil cavaleiresco, acentuando-lhe as vitórias que, de certa forma, são correspondentes a um juízo maior e à própria aprovação divina dos seus atos:

“Este dom Fernom Rodriguez houve virtude em quantas lides entrou, totalas venceo. El venceo o conde dom Henrique de Lara e matou-o, e prendeo o conde dom Nuno seu irmão duas vezes, e assi fez com quantos cristãos e mouros lidou”

(LL 11C7, fecho da descrição linhagística)

Mas é preciso examinar precisamente *como* se dá o retorno, pois é nas variantes do trajeto de volta que se esconde, geralmente, a grande lição moral da narrativa linhagística. É assim que – uma vez consciente da injustiça cometida contra a esposa sob a forma de irreparável assassinato – o nobre compreende-se, a meio caminho de sua fatídica desventura, como um desonrado transgressor das normas cavaleirescas e cristãs. Munido de seu desesperado arrependimento, o bom nobre vai agora ao imperador para lhe pedir que julgue o caso. Coloca a princípio a sua própria vida nas mãos do ‘rei-mediador’, na esperança de que isso possa aplacar a necessidade cavaleiresca de justiça. Ocorre que, nesse caso, o imperador é o próprio pai da vítima, e é isso que traz precisamente o problema novo – verdadeiro *exemplum* trazido pelo nobiliário para a educação do bom governante. Trocando em miúdos, o imperador é, ao mesmo tempo, o ‘rei-mediador’ que deve julgar e um dos cavaleiros envolvidos indiretamente na querela a ser julgada. E o seu ofício de rei exige que ele saiba discernir perfeitamente uma situação da outra. A esquematização da última seção da narrativa é relativamente simples:

QUADRO 3
Seção 3 - O julgamento



O conteúdo do último quadrado (b2), embora finalize a narrativa, faz parte da segunda etapa lógica da seqüência – onde (b1) e (b2) correspondem, na verdade, à etapa do julgamento em que são ouvidos todos os lados. O nobre expõe o caráter fatídico e involuntário do seu crime; o ‘imperador-pai’ expõe o seu pesar pela perda irreparável da filha. Mas é em (c) que o ‘imperador-juiz’ deverá se pronunciar, esquecendo-se por um instante, em magnífico esforço de imparcialidade, que ele é também o pai da vítima. Demonstraremos, com base nesse fecho narrativo, que mais uma vez o ‘rei-mediador’ é instrumento de uma força maior – e que algo julga acima dele: o próprio ‘código cavaleiresco’.

Víramos, atrás, que cada etapa percorrida pelos nobres envolvidos na tragédia fora rigorosamente necessária. Os escudeiros haviam se limitado a seguir um caminho cavaleiresco em pontilhado, denunciando um adultério de que suspeitavam. O nobre não poderia agir de outra forma: confirmado o aparente adultério, estaria transgredindo o código cavaleiresco se não punisse os culpados. Como agravante carregada de conotações sociais, havia ainda o fato de o amante ser um simples peão, mesmo que um ‘inocente útil’ – de sorte que ele é o primeiro a ser punido com a morte¹⁸. Ao assassinar em seguida a esposa, uma vez que fora irremediavelmente iludido pelo truque do pelote, o nobre encerrava um percurso rigorosamente necessário dentro dos ditames cavaleirescos. O leitor-ouvinte dos nobiliários, insistiremos em dizer, está plenamente familiarizado com esse circuito de necessidades. O rei-mediador, agora encarregado de proferir um julgamento final sobre todo o ocorrido, deve representar simultaneamente o leitor-ouvinte, o cronista que relata a tragédia, os ‘bons nobres’ das realidades literária e extraliterária, e o próprio código cavaleiresco. Ele deve encarnar, em positivo, o próprio universo da afirmação cavaleiresca.

É aqui que identificamos a narrativa como um instrumento sintonizado com a leitura nobiliárquica do poder régio – um instrumento particularmente voltado para enfatizar a superioridade do código cavaleiresco sobre os demais aspectos que devem construir o próprio ofício de rei. De fato, o texto assim resume o processo de justiça régia:

“E andou assi reteudo alguus dias ataa que o emperador houve a dar a sentença, e a sentença foi esta. Disse: ‘Dom Fernam Rodriguez, eu vos dou por boo e por leal, ca este feito bem parece que foi mais por cajan que al, e assi sodes vós sem culpa. Mais pero meteste-me mui gram pesar no meu coração, mais porque era mui boa ca por seer minha filha”

Entre vingar-se, como um homem de sentimentos comuns que dificilmente poderá reparar de outro modo a morte da filha, e expressar uma acurada compreensão dos caminhos cavaleirescos, o rei opta pela segunda alternativa. Cumprir magnanimamente o seu ofício de rei, sempre regido pelos valores cavaleirescos – também esse é mais um caminho em pontilhado que coroa a sucessão de necessidades expressa pela narrativa. Conforme fizemos notar, o rei não deixa de dar voz ao seu papel como nobre comum, pesaroso pela morte brutal da filha (“Mais pero meteste-me mui gram pesar no meu coração, mais porque era mui boa ca por seer minha filha”). Mas tudo isso está dentro do que dele se espera como bom ‘mediador de conflitos’. Afinal, o ‘rei mediador’ deve ouvir todas as partes (inclusive, nesse caso, a si mesmo) e somente depois julgar o ocorrido com toda a neutralidade possível. Trata-se de uma decisão difícil e penosa, que o cronista do nobiliário acentua ao ressaltar o espaço de dias entre a narração do crime pelo seu próprio autor e a sentença finalmente proferida pelo rei (“E andou assi reteudo alguus dias ataa que o emperador houve a dar a sentença”). “Reteúdo” ou pesaroso está o criminoso involuntário, mas na verdade também o próprio monarca que deverá julgar o crime – ao mesmo tempo ‘rei’ e ‘nobre comum’.

A compreensão de que o trajeto para a transgressão cavaleiresca dera-se involuntariamente está bem expressa no veredicto do imperador: “ca este feito bem parece que foi mais por cajam que al”, “Cajam” é palavra que expressa muitos significados afins, como ‘acidente’, ‘desastre’, ‘infelicidade’, ‘desacerto’, mas, sobretudo, particularmente para o caso que presentemente estudamos, ‘fatalidade’. É por fatalidade que o bom nobre se vê envolvido na trama, não devendo por isso ser punido. Esconderá essa fatalidade uma lição ainda maior, não já para o imperador ou para o nobre finalmente inocentado, mas para o próprio cronista e para seus leitores-ouvintes? Estenderemos o olhar para mais além da presente interpolação nobiliárquica, em busca de esclarecimento. Examinando globalmente o título linhagístico em que a narrativa se insere (tit.XI), e já buscando intertextualidades esclarecedoras, deparamo-nos com uma descrição genealógica imediatamente anterior (dois pontos acima). Ela insere-se na referência linhagística ao avô de Dona Estevainha (vítima da tragédia anteriormente descrita). Os personagens mencionados são a mãe e o tio daquela dama que mais tarde, como vimos, seria brutalmente assassinada por uma fatalidade além do controle dos bons nobres:

“E dom Fernam Fernandez foi casado com dona Maria Alvarez, filha do conde dom Alvaro da Fita, e fez em ela uu filho e ua filha. / E o filho houve nome de Martim Fernandez e foi mui boo mancebo e morreo cedo, de idade de XXVI annos; e a filha houve nome dona Sancha, e demandou-a o imperador, e ela, com medo de seu irmão, nom se atreueo. E como aquela que queria fazer mal, deu peçonha a seu irmão e matou-o, e depois foi-se pera o emperador e foi sa barregã. E o emperador houve com ela ua filha que houve nome dona Estevainha, e foi casada com dom Fernam Rodriguez de Castro. E por esta morte de Martim Fernandez, que foi tam maa, por emmenda de sa alma, foi feito o moesteiro de Valboa de Doiro” (LL 11A6)

Eis que um novo sentido vem acrescentar-se à narrativa já analisada. Existem algumas pendências e transgressões anteriores, incluindo um crime igualmente brutal, que já se arrastam pelo circuito familiar ao qual nos referimos. O próprio imperador quisera tomar a futura mãe de dona Estevainha por barregã, possivelmente sem chegar a um acordo com o irmão da dama requisitada (já vimos que a ‘barregania’ é francamente tolerada para as amantes do rei, o que não deixa de implicar, naturalmente, acordos entre as famílias envolvidas). Obstinada em tornar-se amante do imperador, dona Sancha resolve assassinar traiçoeiramente o irmão que obstaculizava a concretização do relacionamento, dando-lhe, por isso, peçonha e matando-o com a idade de vinte e seis anos. Dona Estevainha, assim, nasce marcada por um crime familiar, e por uma conivência passiva do imperador seu pai. A seguir fielmente os ditames cavaleirescos, o imperador não poderia compactuar com a covardia traiçoeiramente cometida. Caberia a ele, pelo menos, repudiar a dama que, pondo fim à vida de um bom cavaleiro que bem cumpria o seu papel de irmão, transgredira não só os valores cavaleirescos, ao desrespeitar traiçoeiramente tanto o tradicional circuito de autoridade masculina sobre a mulher da linhagem como também os próprios valores cristãos.

À luz dessa intertextualidade, o grave pesar do imperador na narrativa “Dona Estevainha” é perfeitamente merecido, sintonizando com este *exemplum* adicional que é fornecido pela junção das duas narrativas. Mais uma vez, existe algo acima do poder monárquico: um ‘código cavaleiresco’ que deve nortear a correta ação de todos os bons nobres, inclusive o rei, afora um repertório de atitudes cristãs perfeitamente sintonizadas com esse mesmo código cavaleiresco.

Avaliando as duas narrativas em conjunto, por fim, deve ser considerado que o próprio imperador também realiza um circuito completo de afirmação e transgressão cavaleiresca.

A narrativa que acabamos de examinar contribui para a percepção de que – embora cada relato linhagístico possua um valor autônomo, graças ao qual pode ser apresentado como peça de espetáculo nos serões palacianos – existe também uma intertextualidade especial que o faz viver, remetendo um relato ao outro e, com isso, fazendo com que se revelem nas várias narrativas novos e mútuos sentidos com os quais se espera que o leitor-ouvinte esteja satisfatoriamente familiarizado. Esta rede de narrativas que constitui um ‘título linhagístico’, ou que o traspassa criando múltiplas associações entre os vários relatos dos demais títulos, termina por fazer de cada livro de linhagens uma narrativa maior, e depois por situá-lo em uma ainda mais ampla rede de intertextualidades com os demais nobiliários e crônicas ibéricas. Para além do livro, por fim, imersa no grande circuito de oralidade que assimila cada relato e cada ‘versão de relato’ ao domínio popular, a narrativa já se torna de domínio público, perpetuando e recriando anedotas ou tragédias e fazendo de cada um de seus personagens um veículo para novas visões de mundo. Desse circuito não escapam sequer, ou sobretudo, os governantes. E, nesse particular, é a própria especificidade do poder régio que se vê reconstruída em cada relato e na complexa totalidade de narrativas.

Uma última observação dever ser colocada em relação aos dois relatos examinados. Nessa rede de *exempla*, é do problema da ‘intemperança’ que secretamente se fala. A ‘temperança’, tal como já ressaltamos, é a virtude básica discutida por este campo imaginário regido pelo gesto do misturar e pelo símbolo do coração. De fato, é por temperar mal o seu desejo sexual que o Imperador cobiça a irmã de um nobre por barregã, motivando nela o assassinato que mergulha a sua descendência em uma tragédia a ser resgatada. Quanto ao nobre Fernão Rodrigues, é por temperar mal a sua ira que ele mata a sua esposa inocente. Tivesse ele, antes de esfaqueá-la, concedido-lhe um minuto para a defesa, e o engano poderia ter sido esclarecido a tempo. Mas, curiosamente, é somente para a alcoviteira, a verdadeira culpada, que ele concede depois uma última chance de se explicar (“e perguntou-lha porque fizera tal feito. E ela lhe disse que fezera como maa. E ele mandou-a matar e queimar por aleivosa”). Mais do que incorrente no pecado da Ira, o nobre Fernão Rodrigues está ‘destemperado’, e paga por isso com a sua tragédia pessoal.

A percepção da intertextualidade possível entre os dois relatos atrás analisados leva-nos ainda a retomar, na sua aplicação prática, um conjunto de considerações que havíamos elaborado em capítulo precedente. Enfatizávamos, ao abordar as condições de produção dos livros de linhagem, que havia uma série de ‘estratégias editoriais’ a serem consideradas na passagem das versões orais das narrativas linhagísticas para as versões escritas que se viam interpostas nos interstícios das listas genealógicas dos nobiliários. Essas estratégias editoriais incluíam não apenas o ato de selecionar algumas narrativas e não outras, como também a própria maneira de dispor as narrativas no interior do livro. Assim, por exemplo, duas narrativas reunidas em um título adquirem um vínculo. Remeter uma narrativa a uma outra, com um comentário interpolado no texto, também cria inter-relações imediatas.

No caso da narrativa sobre “O assassinato de Dona Estevainha” (LL 11A7) e da sua contraparte intertextual – a narrativa sobre a antepassada que assassina o irmão para se tornar barregã do imperador (LL 11A6) – ambos os relatos iluminam-se reciprocamente. Pode ser, por outro lado, que as duas narrativas constituíssem originalmente uma só em uma *performance* oral (a história de uma família em que uma mulher se torna voluntariamente ‘sujeito de uma tragédia’ e em que a sua descendente, no contra-retorno, torna-se o objeto passivo de uma tragédia ainda maior). Neste caso, o ouvinte poderia fazer as relações imediatas ao ouvir uma narrativa como consequência da outra. A considerar essa hipótese, meramente especulativa, o nobiliário teria quebrado essa unidade com a interposição de outros fragmentos narrativos ou genealógicos (em parte para atender à necessidade de enumeração cronológica de outros elementos pertinentes à linhagem de que trata o título). Com isso, passa a ser exigido do leitor do nobiliário uma “competência textual” extra, pois ele deve ser capaz de perceber a inter-relação entre os dois episódios, que agora não são mais apresentados em seqüência imediata.

Estamos aqui no âmbito de uma cumplicidade e de um código que deve ser estabelecido entre o autor do nobiliário e o seu leitor. A narrativa pressupõe agora, para a sua compreensão plena, a leitura criadora do leitor ‘iniciado’ nos meandros da intertextualidade linhagística. Esse leitor é um tipo especial de nobre que se aprimora nos mecanismos de compreensão dos nobiliários, mas também no aprendizado do ideal cavaleiresco (em suas implicações teórico-práticas e seus modos de expressão literária), bem como no conhecimento acumulado de uma memória nobiliárquica que registra aqueles que melhor serviram ao ideal

cavaleiresco ou que, ao contrário, desserviram-no. O nobiliário estaria a propor, nesse caso, um ‘modo de leitura’ e uma competência capaz de habilitar a esse modo de leitura.

Sob esse prisma, a leitura intertextual de uma narrativa como “O assassinato de Dona Estevainha” adquire novos sentidos: já não é mais de uma trágica fatalidade que tratamos, mas da realização de um plano superior de restabelecimento da justiça. A meganarrativa composta pelo crime passional (LL 11C7) e pelo assassinato ancestral (LL 11A6) tornou-se agora um grande *exemplum*, para muito além daquele *exemplum* mais superficial que todos eram capazes de perceber com a leitura isolada – e a própria figura do imperador vê-se deslocada nessa leitura intertextual para o centro de um sofrido processo de aprendizado. Mas quem pode percebê-lo? A quem é concedida a possibilidade de mergulhar mais a fundo neste oceano onde se debatem os vários significados possíveis de um texto, para daí trazer – como um tesouro escondido – este sentido agora construído ao nível da constelação de narrativas capazes de serem conectadas com as chaves apropriadas?

Nem todos são igualmente capacitados para captar essas intertextualidades possíveis, mas apenas aqueles a quem foi permitido um investimento efetivo na leitura intensiva do Livro – esta que abre para estes leitores a compreensão do texto linhagístico na sua totalidade, superando a leitura fragmentada de episódios isolados. Cria-se, dessa forma, uma espécie de hierarquia de leitores (indo do mais ‘iniciado’ ao mero ‘leitor de superfície’). O acesso ao Livro, portanto, pode aqui ser utilizado como uma “oportunidade de poder”, tal qual já havíamos dado a perceber. Sobretudo aquele que detém o Livro – nobre ou rei – e que dá as cartas de seu acesso aos outros nobres, situa-se em um patamar superior na hierarquia de leitores-ouvintes dos nobiliários. Pode-se imaginar o poder cultural do Conde D. Pedro como entesourador do nobiliário que leva o seu nome (e do *Livro de Cantigas*).

Dando curso a essa conjectura, verificar-se-ia também uma separação hierárquica entre os ‘leitores’ intensivos do nobiliário e os meros ‘ouvintes ocasionais’, que participam de audições isoladas desta ou daquela narrativa linhagística. Similarmente aos ‘leitores intensivos’, os ‘ouvintes freqüentes’ (os que são sempre convidados para os mais importantes saraus palacianos ou senhoriais) detêm maiores capacidades de conectar as peças do quebra-cabeças linhagístico do que os ‘leitores eventuais’ ou os ‘ouvintes ocasionais’ (estes que são convidados apenas para algumas reuniões). Quem controla a freqüência aos

saraus, da mesma maneira que aqueles que controlam o acesso às páginas dos livros, situa-se analogamente no patamar mais alto. Entre todos eles, destaca-se naturalmente o rei, já que o seu paço trovadoresco é entre todas as vitrines culturais do reino a mais cobiçada.

O último grupo de parágrafos, rigorosamente, não passa de um pequeno sistema de conjecturas. Não podemos demonstrá-lo porque não nos chegaram documentos em que nos falassem de suas práticas performáticas e concepções os próprios trovadores e narradores que freqüentavam os saraus trovadorescos (a não ser o testemunho indireto destes “lugares de memória” que são as iluminuras) – nem tampouco os patrocinadores e autores de nobiliários nos legaram qualquer documento que clarificasse o jogo de possibilidades de manipular o direito de conceder acesso à leitura dos nobiliários. Da mesma forma, os ouvintes dos saraus trovadorescos e os leitores dos livros de linhagens não deixaram por escrito registros diretos das suas práticas de audição e leitura. Em todo o caso, fica estabelecido em um nível conjectural a preocupação em refletir sobre a dimensão criadora da recepção dos leitores-ouvintes.

Conclusão

Conforme foi visto, os “livros de linhagens” constituem gêneros textuais relacionados a contextos muito específicos, sujeitos às suas próprias redes de poderes e micropoderes. Surgidos no seio da nobreza medieval para perpetuar e valorar a ancestralidade aristocrática, os nobiliários ocupam na Idade Média portuguesa um papel central para o estabelecimento da identidade nobiliárquica, e, nesse sentido, são estabelecidas as disputas pela organização, posse, uso e leituras do objeto-livro que lhes dá suporte. Através dos livros de linhagens, enquanto textos, travavam-se verdadeiras guerras de representações e, através de sua materialidade manuscrita, estabelecia-se uma segunda ordem de poderes e micropoderes, perfeitamente atrelada à ordem de poderes que afetava a produção textual dos nobiliários. Assim, ao mesmo tempo em que a inclusão ou exclusão nos espaços discursivos de um livro de linhagens, seja nas entrelinhas genealógicas, seja nas interpolações narrativas, vinha naturalmente carregada de implicações sociais extremamente significativas, o acesso ou a interdição à leitura do objeto-livro também tinha as suas implicações.

Dessa maneira, destaca-se o fato de que o próprio livro manuscrito – enquanto objeto concreto que traz nas suas páginas o texto linhagístico –

apresenta-se ele mesmo instrumento e espaço de poder. O controle da sua leitura, as estratégias editoriais, as referências intertextuais, o franqueamento ou interdição das chaves para a compreensão dos textos, a manipulação dos diversos níveis de competência leitora – através dessas práticas e de outras, os detentores e compiladores dos livros de linhagens podiam exercer poderes e micropoderes significativos, o que termina por reservar um lugar especial para o gênero genealógico na História Política e cultural de uma época.

Notas

¹ Os livros de linhagens foram compilados em momentos diversos entre o século XIII e XIV, sofrendo sucessivas interpolações até assumirem sua forma definitiva. São conhecidos basicamente três livros de linhagens: o *Livro Velho* (LV), o *Livro do Deão* (LD), e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que aqui chamaremos de *Livro de Linhagens* (LL). Os períodos presumíveis para as suas compilações vão de 1282 a 1290 para o LV, de 1290 a 1343 para o LD, e de 1340 a 1343 para o LL. As três fontes já possuem edições diplomáticas importantes. **1** – *Livros Velhos de Linhagens*. (incluindo o “Livro Velho” e o “Livro do Deão”) e **2** – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (MATTOSO e PIEL, 1980).

² Remetemos às abreviaturas mais comumente utilizadas para os livros de linhagens e suas narrativas: LL – Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro; LV – Livro Velho de Linhagens; LD – Livro do Deão.

³ Para um balanço dos vários tipos de materiais narrativos que aparecem nos livros de linhagens, ver MATTOSO, José. “As fontes do nobiliário do Conde D. Pedro” In: *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1987. p.57-100.

⁴ Sobre estas possibilidades de estratégias editoriais para livros impressos do passado, veja-se os ensaios de CHARTIER (“Textos e edições: a ‘literatura de cordel’” In: *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p.166-187). No caso, o historiador francês aborda as publicações do *corpus de Troyes* (século XVII) e a chamada *Bibliothèque Bleue*, do século XVIII. Na mesma coletânea de ensaios, o capítulo “Textos, impressos, leituras” introduz uma discussão geral sobre o tema (CHARTIER, “Textos Leituras e Impressos”. In: *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p.121-139).

⁵ CHARTIER, “Textos Leituras e Impressos”, *op. cit.*, p.126.

⁶ Por ocasião de sua morte, o Conde D. Pedro doa seu “Livro de Cantigas” a seu amigo, Afonso XI de Castela.

⁷ Roger Chartier, aliás, observa que “por um lado, a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros: ela é uma ‘caça furtiva’ nos dizeres de Michel de Certeau” (CHARTIER, “Textos Leituras e Impressos”, p.123; CERTEAU, “Lire un braconnage” *In: L’invention du quotidien*, I. Arts de faire, Paris, Union Générales d’Editions, 10/18. 1980. p.279-296).

⁸ CHARTIER, “Textos Leituras e Impressos”, p.123.

⁹ Podemos considerar as palavras de Foucault em *A Ordem do Discurso* (São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.37): “mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciadas), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala” (e, pode-se acrescentar, à disposição do sujeito que lê ou escuta).

¹⁰ CHARTIER, “Textos Leituras e Impressos”, p.131. É importante ressaltar que hoje em dia é admitida a idéia de que a leitura individual tendia a ser, no período medieval, uma leitura em voz baixa para si mesmo, constituindo exceção a leitura silenciosa propriamente dita: “A leitura envolvia assim um movimento do aparelho fonador, no mínimo batimentos da glote, um cochicho, mais comumente a vocalização, geralmente em voz alta” (ZUMTHOR, *A Letra e a Voz*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p.105.). Mas é certo também que “desde o século XIII, o crescimento considerável do número de fontes disponíveis modificara a prática privada dos eruditos; no século XIV, as universidades, tendo instituído as bibliotecas abertas aos estudantes, são levadas a emitir regulamentos que exigem a leitura silenciosa” (ZUMTHOR, *op.cit.*, p.105).

¹¹ O ‘dono do Livro’ não precisa ser aqui um único indivíduo (como o rei ou o Conde D. Pedro). Pode ser uma instituição como o Mosteiro do Santo Tirso, uma linhagem como a dos Pereiras, uma ordem ou confraria.

¹² A percepção dos diversos tipos de leituras e de competências-leitoras possíveis a um texto linhagístico é bastante importante para o entendimento da complexidade desse conjunto de materiais narrativos. Assim, na segunda parte deste artigo, a análise de uma narrativa específica de um livro de linhagens evidenciará como uma narrativa pode adquirir novos sentidos à medida que é contraposta a uma outra que esteja separada dela em termos de continuidade redacional (no que se refere à seqüência em que se mostra no livro), mas que certamente poderia ser conhecida de alguns leitores, embora não todos. Desse modo, a narrativa que examinaremos nesta oportunidade contribuirá para demonstrar que, embora cada relato linhagístico possua um valor autônomo, graças ao qual podia ser apresentado isoladamente nos

serões palacianos, existe também uma intertextualidade possível que lhe permitiria ser percebido de maneira diferenciada por um leitor ou ouvinte que conhecesse as chaves dessa intertextualidade. A essa questão voltaremos oportunamente.

¹³ O processo de edição do *Livro de Linhagens* pode dar uma idéia desse caráter de ‘obra em construção’: entre 1325 e 1340, procede-se à recolha de materiais e a uma primeira redação; entre 1340 e 1344, empreende-se uma segunda redação. Décadas depois, efetivam-se duas ou três refundições.

¹⁴ Referência importante para a definição e análise de seqüências narrativas são as obras de Tzvetan Todorov. Ver (1) TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 1979 e (2) TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. S. Paulo: Cultrix, 1994. Para um balanço de métodos de análise narrativa e sua aplicação em análise de fontes históricas, ver CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, História*. Campinas: Papyrus, 1997.

¹⁵ BREMOND, Claude. *Logique du récit*. Paris: Seuil, 1973. Claude Bremond, assim como outros grandes analistas de estruturas narrativas da segunda metade do século XX, beneficia-se das obras pioneiras de Vladimir Iakovlevich Propp, que havia publicado sua *Morfologia do Conto Maravilhoso*, em 1928 (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, 2ª. edição). Claude Bremond aprofunda a iniciativa de Propp em novas direções, chegando a um esquema narrativo que não mais se limitará ao conto folclórico – objeto de análise privilegiado por Propp – podendo ser estendido para as demais narrativas em geral.

¹⁶ BREMOND, Claude. “A lógica dos possíveis narrativos” in BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971, p.110-135. Texto original em francês: BREMOND, Claude. La logique des possibles narratifs. *Communications*, n. 8, p.60-76, 1966.

¹⁷ “Partindo do fato de que a natureza cronológica da estória implica que um evento 1º. comece (= antes), 2º. se desenvolva (= durante) e termine (= depois), segundo uma relação do conseqüente ao antecedente, Bremond estabelece uma *lógica de possibilidades* que esclarece o encadeamento tanto das ações como das virtualidades e das atualizações” (ADAM, J-M. *Le texte narratif*. Paris: Nathan, 1985. p. 26.).

¹⁸ De fato, uma das funções ideológicas da narrativa, ou um dos muitos sentidos que podem ser extraídos do “vazio do discurso”, é aquele que aponta para a idéia de que o “peão” (o “não-nobre”) não pode ocupar uma posição reservada aos nobres. Tanto o “peão” como a “alcoviteira” são punidos pela ultrapassagem simbólica desse interdito. Com a atuação da alcoviteira, esse sentido ideológico fica ainda mais claro, uma vez que ela se apropria do “pelote” da dama nobre, dando origem ao mal-entendido que inicia a tragédia de “Dona Estevainha”.

Referências

Fontes

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. (1980) ed. José Mattoso. “Nova Série” dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: A.C.L.

Livros Velhos de Linhagens. (incluindo o “Livro Velho” e o “Livro do Deão”). (1980) ed. José Mattoso e Joseph Piel. “Nova Série” 2 *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: Academia de Ciências.

Bibliografia

ADAM, J-M. *Le texte narratif*. Paris: Nathan, 1985.

BREMOND, Claude. *Logique du récit*. Paris: Seuil, 1973.

BREMOND, Claude. A lógica dos possíveis narrativos. In: BARTHES, Roland *et al.* *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971. p.110-135.

BREMOND, Claude. La logique des possibles narratifs. *Communications*, n. 8, p.60-76, 1966.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, História*. Campinas: Papirus, 1997.

CERTEAU, Michel de. Lire un braconnage. In: *L'invention du quotidien*, I. Arts de faire. Paris: Union Générales d'Éditions, 10/18, p.279-296, 1980.

CHARTIER, Roger. Textos e edições: a “literatura de cordel”. In: *A História cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p.166-187.

CHARTIER, Roger. Textos Leituras e Impressos. In: *A História cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p.121-139.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MATTOSO, José. Introdução. In: MATTOSO, José (Ed.). *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. “Nova Série” dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: A. C. L., 1980.

MATTOSO, José. As fontes do nobiliário do Conde D. Pedro. In: *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1987. p.57-100.

PROPP, Vladimir Iakovlevich. *Morfologia do conto maravilhoso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e poética*. São Paulo: Cultrix, 1994.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.